EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BERTIOGA

Eu_____

RG nº_____ CPF/CNPJ nº _____

Telefone ( )_____ Celular ( )_____

e-mail_____

Residente na _____

nº._____ Complemento_____, Bairro _____

Cidade_____**/**_____ CEP_____-_____

Neste ato representado por _____

RG nº_____ CPF nº _____

Venho perante Vossa Excelência requerer a **REDUÇÃO DE IPTU** para **APOSENTADO, PENSIONISTA OU DEFICIENTE FÍSICO**, nos termos da Lei 185/23, em seu art. 38**.**

Referente ao imóvel localizado na _____

_____ n.º_____ Complemento_____

Bairro_____ Cidade_____/_____

CEP_____-_____, Lançamento nº _____

Para tanto, juntando os documentos exigidos.

- REQUERIMENTO E RECOLHIMENTO DA TAXA DE PROTOCOLO;
- CÓPIA DO EXTRATO ATUALIZADO DO INSS;
- CÓPIA DO RG E DO CPF ou CNH do requerente (*acompanhada da via original*);
- CÓPIA DO ESPELHO DO IPTU DO EXERCÍCIO;
- CÓPIA DO TÍTULO DE PROPRIEDADE *(contrato de compra e venda **OU** escritura definitiva)***,** acompanhada de cópia da **CERTIDÃO DE MATRÍCULA ATUALIZADA** do imóvel.
- CÓPIA DA DECLARAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA;
- DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA E ÚNICO IMÓVEL *(SIMPLES – MODELO ANEXO)*;
- CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DO IMÓVEL (ATÉ 90 DIAS DO PROTOCOLO)
- CÓPIA DAS CONTAS DE CONSUMO (ÁGUA E LUZ) DO MÊS ANTERIOR AO PROTOCOLO
- ATESTADO MÉDICO DE INVALIDEZ, (*em caso de DEFICIENTE FÍSICO*);
- CÓPIA DA CERTIDÃO DE ÓBITO, *(em caso de PENSIONISTA)*;
- CÓPIA DO FORMAL DE PARTILHA, (*em caso de PENSIONISTA*);
- CARTA DE HABITAÇÃO, em caso de **IMÓVEIS CADASTRADOS COMO TERRITORIAIS**;
- PROCURAÇÃO COM FIRMA RECONHECIDA *(em caso de SOLICITAÇÃO POR TERCEIROS)*.

OBS. Para o análise do presente requerimento, é necessária a apresentação dos documentos acima mencionados até ***o último dia útil dos mês de Julho*** do exercício vigente, sendo que a falta de algum destes, implicará no arquivamento do referido processo, no prazo de 30 (trinta) dias.

Nestes Termos,
Pede deferimento.

Bertioga,_____ de_____ de 20_____.

_____

(Assinatura do Requerente)

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA E ÚNICO IMÓVEL

Eu,_____,

RG._____CPF.:_____,

DECLARO que resido no município de Bertioga/SP, **sendo proprietário(a), compromissário(a) ou possuidor(a) a qualquer título de um único imóvel**, localizado na _____

_____n.º_____Complemento _____

Bairro_____Cidade_____/_____

CEP_____-_____, Lançamento nº _____

atendendo, assim, aos requisitos legais exigidos pelo **art.38, da Lei Municipal nº. 185/23.**

Por ser verdade, firmo a presente declaração sob as penas da lei.

Bertioga,_____/_____/20___.

_____

Assinatura

****

IMPORTANTE

A Comprovação de falsidade da presente declaração ensejará o cancelamento imediato do benefício da isenção parcial concedido, sem prejuízo das sanções administrativas, cíveis e criminais cabíveis.

Lei Complementar Municipal 185/2023

Art. 326. Serão aplicadas as seguintes penalidades, quando não houver penalidade específica prevista nesta lei:

IV – multa pecuniária de 500 (quinhentas) UFIB's:

d) por fornecer ou apresentar ao Fisco informações ou documentos inexatos ou inverídicos;

Código Penal (Decreto Lei 2848/40)

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, de quinhentos mil réis a cinco contos de réis, se o documento é particular. (Vide Lei nº 7.209, de 1984)

JUSTIFICAÇÃO DE AUSÊNCIA DA DECLARAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA

Eu _____

RG:_____CPF.: _____

DECLARO que não prestei informações de renda e bens à Receita Federal do Brasil no exercício anterior e atual. Por não possuir cópia da Declaração de Imposto de Renda, apresento esta declaração em atendimento aos requisitos legais exigidos pelo Art.38 – da Lei Municipal n º 185/23 – CTMB.

Por ser verdade, firmo a presente declaração sob as penas da lei.

Bertioga,_____de_____de 20_____.

_____

Assinatura

IMPORTANTE

A Comprovação de falsidade da presente declaração ensejará o cancelamento imediato do benefício da isenção parcial concedido sem prejuízo das sanções administrativas, cíveis e criminais cabíveis.

Lei Complementar Municipal 185/2023

Art. 326. Serão aplicadas as seguintes penalidades, quando não houver penalidade específica prevista nesta lei:

IV – multa pecuniária de 500 (quinhentas) UFIB's:

d) por fornecer ou apresentar ao Fisco informações ou documentos inexatos ou inverídicos;

Código Penal (Decreto Lei 2848/40)

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, de quinhentos mil réis a cinco contos de réis, se o documento é particular. (Vide Lei nº 7.209, de 1984)